

CAPÍTULO V

CURRÍCULO, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

Por uma Educação Inclusiva

Sabe thururu
 É importante rever, oh Yes!
 Cabe thururu
 Um currículo estabelecer
 Iê, iê

Com inclusão social e o saber
 Sujeito e educador
 Nada se compara a esse fazer
 Aprender sem fim
 Priorizar, humanizar
 E com você mudar.
 Conquistar esse direito
 E não me acomodar...
 Oh Yes! Oh Yes!

Olha eu me transformo
 E interajo tanto
 Com a nossa formação
 Não, não é passivo
 É diversidade, é amor
 Com currículo, tudo fica blau
 Com inclusão social e organização do saber

Sujeito e educador
 Nada se compara
 A esse fazer
 Aprender sem fim
 Priorizar, humanizar
 E com você mudar
 Conquistar esse direito
 E não me acomodar.
 (GT Paródia, Encontro Regional, Melgaço, 2014.)

A paródia acima demonstra a importância de uma educação emancipadora e humanizadora, que rompa com a ideia de formação de sujeitos mercadorias, subjugados e invisibilizados. E é nesse sentido, que refletimos sobre o conceito de currículo enquanto uma produção social, histórica e cultural, produtor de identidades, tendo em vista a sua vinculação com o contexto em que vivemos que envolvem relações sócias ambientais, relações étnico-raciais, de religiosidade, de gênero, de sexualidade, de orientação sexual e de deficiência.

Conceber o currículo como uma produção de identidades exige levar em conta os conflitos, as contradições e as ideologias que permeiam o contexto em que estamos inseridos. Compreender que as pessoas constituem-se no lócus das tensões interpessoais, que muitas vezes invisibilizam as diferenças gerando atitudes de preconceitos. Ao compreendermos esse contexto, romperemos com a mera constatação das diferenças, sem correr o risco de apenas diagnosticarmos o óbvio, o aparente, deixando intocáveis as questões que o provocam. Ao não tocar nas tensões, podemos perder de vista o que é mais essencial nesse processo de constituição das identidades: o reconhecimento do(a) outro(a) e de si mesmo(a).

Torna-se evidente que além de produção de identidades, o currículo revela-se lugar de fronteira, permeado por relações interpessoais e interculturais – um lugar de enunciação que pressupõe o encontro

do “eu e do(a) outro(a)”, um processo de interlocução com as diferentes formas de ser e de estar no mundo – diálogo entre as culturas. Se o documento curricular representa a nossa identidade, o nosso querer, precisamos considerar as diversas culturas e histórias, bem como as pessoas que delas fazem parte. De acordo com Gomes, (2007, p. 31-32)

O currículo não está envolvido em um simples processo de transmissão de conhecimentos e conteúdo. Possui um caráter político e histórico e também constitui uma relação social, no sentido de que a produção de conhecimento nele envolvida se realiza por meio de uma relação entre pessoas.

Compreender o currículo como fronteira intercultural exige levar em conta a articulação entre o que estamos prescrevendo e o que de fato estamos vivendo em cada comunidade. Precisamos reconhecer as práticas sociais, culturais e pedagógicas como espaços de enunciações que caracterizam o currículo vivido, no qual se revelam as relações de poder e, obviamente, as maneiras que criamos para lidar com ele no cotidiano das relações sócio ambientais, nas práticas de inclusão na e da educação especial, bem como nas relações étnico-raciais, de gênero, sexualidade e orientação sexual. Percebemos relações de poder que excluem, por naturalizar as relações binárias: cidade-campo, homem-mulher, branco-negro, heterossexual-homossexual, normal-deficiente, e, assim, camuflam o real sentido da diversidade.

No decorrer deste processo, algumas indagações ainda se fazem pertinentes: Como podemos lidar pedagogicamente com a diversidade na educação básica campesina de Domingos Martins: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA)? Ao analisarmos o cotidiano das nossas escolas municipais, qual tem sido o lugar ocupado pela diversidade? Que histórias as narrativas do currículo têm contado sobre as relações étnico-raciais, sobre os movimentos do campo – as trajetórias das crianças, adolescentes, jovens e adultos que lá residem, os movimentos indígenas, bem como movimentos das pessoas com deficiência e a luta das mulheres e homossexuais?

Discorrer sobre as referidas indagações, significa destacar que a diversidade é o encontro das diferenças que cada indivíduo traz em suas identidades e a escola é o local onde elas se encontram, sejam étnicas, de gênero, de orientação sexual, sociais, culturais, etc. A diversidade se faz presente na produção de práticas, saberes, valores, linguagens, técnicas artísticas, científicas, representações de mundo e experiências vividas.

Conforme destaca Lima (2006, p.17 apud Gomes, 2007, p.19) “a diversidade é norma da espécie humana, seres humanos são diversos em suas experiências culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de ver o mundo”.

Assumir a diversidade no currículo implica compreender nosso caminho no processo da formação de sujeitos, construindo e reconstruindo nossa própria identidade, nossos valores e reconhecer os valores dos outros, estabelecendo assim relações que podem pautar no respeito às diferenças. (Encontro na Escola. EMEF Augusto Peter Berthold Pagung, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)⁹

As escolas de Domingos Martins constituem ambientes de valorização da educação inclusiva: educação do campo, educação ambiental, educação especial, educação étnico-racial, educação das relações de gênero, sexualidade e orientação sexual, e que, por isso, precisam dialogar com o contexto social e cultural, reconhecendo a diversidade enquanto um espaço tempo objetivo – concreto, que vai muito além da visão romântica do elogio à diferença ou da visão negativa de discriminar os ditos diferentes.

A ética é referência para que a escolha do sujeito seja aceita como um princípio geral que respeite e proteja o ser humano no mundo. Nesse sentido, o ethos, como costume, articula-se às escolhas que o sujeito faz ao longo da vida. A ética fundamenta a moral, ao expressar a sua natureza reflexiva na sistematização das normas (FERREIRA, 2006, p.32 apud GOMES, 2007, p. 33).

Tomando por base as referidas análises, devemos propor um trabalho pedagógico que contemple aspectos históricos, sociais e culturais no contexto da educação escolar, promovendo um espaço democrático de interação entre pessoas. A diversidade deve ser pensada e vivida não apenas pelas (os) professoras(es) regentes, auxiliares e pedagogos(as), mas por todos: os(as) profissionais que atuam na limpeza, na alimentação, no transporte, na secretaria da escola, as famílias, as comunidades e os(as) gestores(as) educacionais. Daí a importância de repensarmos os modos de organização do trabalho pedagógico, que não podem ser reduzidos a momentos empobrecidos de experiências de vidas, tendo em vista que a diversidade faz parte do acontecer humano.

Por uma Educação Inclusiva

É muito mais do que um conjunto de diferenças, pois passa pela construção histórica e social de um povo e está ligado intimamente ao processo de colonização e dominação do mesmo. Considerando as construções da sua identidade e as lutas sociais. A educação é como um direito social, por isso o currículo deve contemplar a relação família, escola, sociedade, cultura e movimento social, respeitando a diversidade campesina. (Encontro na escola UNIPLURI's Paraju, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)¹⁰

Com base nas questões destacadas anteriormente, chamamos atenção para o sentido de educação inclusiva, tendo como ponto de partida e de chegada o conceito de diversidade, que por sua vez envolve aspectos sobre a diferença e a igualdade. Implementar uma educação inclusiva implica em:

Acolher a diferença do(a) outro(a), vendo-o(a) como prolongamento de nossas próprias diferenças. Assim teremos um ambiente escolar harmonioso e propício a todos(as). A partir da busca pela inclusão, do sujeito humano, podemos redimensionar nossas concepções e atitudes. (III Encontro Regional, Aracê, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)¹¹

Incluir vai além de integrar e de socializar os sujeitos no e por meio das práticas escolares. Significa inserir, de modo que os(as) estudantes se sintam parte do contexto escolar, com seus direitos garantidos, dentre os quais a educação com profissionais formados e capacitados.

No entanto conforme destaca Porter (1997, apud Almeida, 2010, p.152) ainda enfrentamos alguns desafios

Para contrapor a esse modelo curricular sustentado pela lógica da homogeneidade, almejamos a construção de um currículo inclusivo, que possa garantir a todos os alunos acesso a um currículo comum com níveis diversificados e lhes dê oportunidades de se envolverem de forma positiva nas atividades da classe.

A inclusão de todas(os) no tempo espaço em que vivemos, pressupõe o reconhecimento das diferenças e das igualdades de direito. O modo como concebemos o processo de inclusão denota a nossa capacidade de entender e reconhecer o(a) outro(a), tendo em vista que o princípio da educação inclusiva é acolher todas as pessoas, sem exceção.

Uma educação inclusiva garante a inserção de todas as pessoas no meio que lhes é de direito, num processo de empoderamento das suas práticas sociais e culturais, para além de um mero respeito e tolerância à diversidade. Isso porque garantir a inserção dos indivíduos em diferentes momentos exige promover a interlocução dos diversos sujeitos reconhecendo as suas singularidades objetivadas nas várias práticas sociais e culturais da e na qual se revelam as diferenças sociais, históricas e culturais.

Pensar e propor uma educação inclusiva é garantir a interlocução das diferenças, numa perspectiva intercultural, de forma que possamos problematizar o cotidiano das práticas sociais e culturais vivenciadas pela sociedade, e conseqüentemente pelas famílias e escolas.

Nesse sentido, incluir é oferecer a todos(as) o acesso a bens e serviços, dentro de um contexto que beneficie principalmente aos menos favorecidos no sistema em que vivemos. Práticas de inclusão exigem meios e ações que garantam os benefícios da vida social, assegurando oportunidades iguais a todas as diversidades, e incluí-las para que ninguém fique a margem da sociedade, seja ela negra, branca, indígena, obesa, ruiva, com deficiência, homossexuais, dentre outros.

Como podemos observar, a Educação Inclusiva é, sem dúvida, um dos maiores desafios da sociedade, pois necessita de uma gestão compartilhada que acolha as pessoas, sem exceção, garantindo práticas que possam efetivar condições iguais de desenvolvimento para todos os sujeitos em todos os aspectos. Requer a inclusão do(a) outro(a) considerando as suas especificidades, e a revisão do olhar que temos sobre nós e sobre os(as) outros(as), visando a garantia do acesso e inserção aos direitos sociais, bem como acolhimento às diferenças de cada sujeito humano.

Efetivaremos uma educação inclusiva, quando compreendermos a dimensão do(a) outro(a),

Onde todos possam conviver em um mesmo grupo sem pré – conceito, desigualdade, respeito à diversidade e à diferença tornando-se acessível ao espaço comum. A inclusão deve ser vista com um olhar que acolhe, ajuda, cuida daqueles que necessitam sem malícia ou olhar diferenciado. Que proponha

uma convivência que respeita a singularidade de cada componente e pluralize os mesmos objetivos. (I Encontro na Escola – UNIPLURI's, Paraju, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)¹²

Assim, salientamos que

A inclusão está ligada a todas as pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade. Mas os excluídos socialmente são também os que não possuem condições financeiras dentro dos padrões impostos pela sociedade, além dos idosos, os negros e os portadores de deficiências físicas, como cadeirantes, deficientes visuais, auditivos e mentais. Existem as leis específicas para cada área, como a das cotas de vagas nas universidades, em relação aos negros, e as que tratam da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Nossa cultura tem uma experiência ainda pequena em relação à inclusão social, com pessoas que ainda criticam a igualdade de direitos e não querem cooperar com aqueles que fogem dos padrões de normalidade estabelecido por um grupo que é maioria. E diante dos olhos deles, também somos diferentes. Inclusão é dar direitos iguais a todos independente de cor, religião, sexo, idade, raça, deficiência, etc. É proporcionar a todos as mesmas condições de uma vida digna e justa. (I Encontro na Escola – UNIPLURI's, Melgaço, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)¹³

Tais questões nos provocam a pensar que a inclusão é um grande desafio para uma sociedade que aprendeu a excluir, pois a partir do momento em que se fala da necessidade e importância de incluir é porque vivemos práticas sociais e culturais de exclusão. Daí a importância de um currículo que tenha como princípio o reconhecimento das diferenças e da igualdade de direitos e que compreenda a importância das múltiplas vivências para a preservação, manutenção e perpetuação da Vida.

Educação do Campo e Cidadania Planetária

Ao destacarmos o sentido de igualdade e diferença, num processo de reflexão crítica sobre a inclusão de todas as vidas, buscamos problematizar o sentido de educação inclusiva e a sua relação com a educação do e no campo, com vistas à concretização de um currículo que promova a cidadania planetária.

Lidamos em nosso cotidiano com os desafios vividos pelos sujeitos do campo, dentre os quais a extinção de animais silvestres, o desmatamento, a transformação das propriedades em condomínios de luxo, o desaparecimento das nascentes, cachoeiras, o uso abusivo de agrotóxicos, entre outros. Por sermos camponeses e estarmos prescrevendo um currículo educacional escolar camponês, almejamos a formação de sujeitos com uma consciência planetária, isto é, uma cidadania planetária.

Pensar numa educação no e do campo com base nos princípios da cidadania planetária exige políticas públicas articuladas, bem como ações que valorizam a vida dos sujeitos e de todas as demais espécies da fauna, da flora e dos recursos naturais renováveis e não renováveis. Isso reforça a nossa corresponsabilidade de incluir e reconhecer todas as formas de cultura, etnia, gênero e orientação sexual, mas também os modos como nos relacionamos com a natureza, como produzimos as diferentes paisagens e como nos relacionamos com espaço tempo camponês. Por que ficar no campo? Como queremos o campo? Como garantir que os sujeitos urbanos nos respeitem? Responder as referidas indagações pressupõe entender o sentido de cidadania planetária no contexto em que se inserem as comunidades camponesas de Domingos Martins.

O conceito de cidadania planetária implica saber o que compreendemos em relação à Terra e em relação ao Universo, uma vez que o sentido que fazemos das nossas vidas não está separado de como vemos e concebemos o planeta em que vivemos.

Entendemos a cidadania planetária como uma forma

Unificadora do planeta e de uma sociedade mundial. É um conjunto de princípios, atitudes e comportamentos, demonstrando uma nova concepção de Terra como uma única comunidade, propõe vê-la como responsabilidade de todos. (I Encontro na Escola CMEI César Vello Puppin, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)¹⁴

Pensar em cidadania planetária evidenciando o significado de educação no e do campo e suas relações com a diversidade, a sustentabilidade, a inclusão e os direitos humanos, pressupõe relacionar processos e valores de uma consciência planetária, que envolve direitos e deveres.

Dentre os diversos deveres podemos destacar: votar – escolher os governantes; cumprir as leis; educar e proteger nossos semelhantes; proteger a natureza; proteger o patrimônio público e social do País, etc.

E dentre os direitos, podemos salientar: direito à saúde, educação, moradia, trabalho, previdência social, lazer, entre outros; somos livres para escrever e dizer o que pensamos, mas precisamos assinar o que andamos a dizer e fazer com o planeta.

Nós queremos uma educação com muito respeito ao próximo. Respeitando seus direitos e deveres. (EMEFM Mariano Ferreira de Nazareth, 2016 – Ver referência completa ao fim do Documento)¹⁵

Um respeitando o outro, ouvindo, sendo amigos, usando as palavras mágicas: desculpa, com licença, bom dia, etc. (EMEF Santa Isabel, 2016 – Ver referência completa ao fim do Documento)¹⁶

Uma educação de amor e carinho, mais esportes, bons modos, uma educação de respeito e íntegra com preservação ambiental. (EMEF Augusto Peter Berthold Pagung, 2016 – Ver referência completa ao fim do Documento)¹⁷

Queremos uma educação que possa ouvir os(as) estudantes, que garanta a participação de todos(as), que respeita nossas origens do campo e que ensine coisas para a vida. (EMEF Tijuco Preto, 2016 – Ver referência completa ao fim do Documento)¹⁸

Uma educação de qualidade levando o educando a pensar, ser autônomo, desenvolver projetos específicos de cada área. (EMEF Germano Lorosa – Ver referência completa ao fim do Documento)¹⁹

Uma educação onde os alunos tivessem mais respeito uns com os outros. Que contemplasse aulas de dança, capoeira, informática, atividades diferentes para o recreio e educação física, uma quadra de esporte. (EMEF José Uliana – Ver referência completa ao fim do Documento)²⁰

Queria estudar o mundo inteiro: as lagoas, mares, piscinas; a família, as letras do alfabeto, os números (CMEI Jutta Batista da Silva– Ver referência completa ao fim do Documento)²¹

Desejamos uma educação qualificada, professores formados, materiais de boa qualidade, ensino superior, projetos com a comunidade e pais. (EMEF Alto Paraju – Ver referência completa ao fim do Documento)²²

Ter uma Quadra para fazer as aulas de Educação Física; liberar o celular na escola; ter mais passeios com transporte liberado pela SECEDU; ter aulas diferentes e dinâmicas; ter mais computadores para pesquisa na escola; ter a senha wifi liberada; promover jogos interclasses com outras escolas; ter mais coisas para vender na cantina; mudar a cor da camisa do Uniforme escolar; ter uma aula de música por semana; ter uma aula de informática por semana; continuar com o Projeto ARKOS; continuar o PROERD; continuar com a Festa Junina e a Gincana. (EMEF Eugênio Pinto Sant'Anna – Ver referência completa ao fim do Documento)²³

Tais questões nos provocam a considerar a urgente necessidade de um projeto educacional que garanta a retomada e a inserção de valores que promovam a formação de uma consciência planetária, tendo em vista a importância de instigarmos a gestão pedagógica, a autonomia intelectual e a liberdade de opiniões dos(as) estudantes, visando ao exercício pleno da cidadania.

Direitos Humanos e Cidadania Planetária

Direitos humanos, são os **direitos básicos de todos os seres humanos**. São os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e os direitos difusos e coletivos (exemplos: direito à paz, direito ao progresso, autodeterminação dos povos, direito ambiental, direitos do consumidor, inclusão digital, entre outros, fundamentados no valor fraternidade. (I Encontro na Escola – EMEF Gustavo Guilherme João Plaster 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)²⁴

E ainda

É o direito de viver com dignidade, como cidadãos, colocando em prática sua cidadania, assegurando qualidade de vida. (I Encontro na Escola – Paraju 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)²⁵

Quais são os direitos básicos dos sujeitos humanos? Conforme a Constituição Federal, em seu Artigo 6º,

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Que relação podemos estabelecer entre direitos humanos e cidadania? Compreendemos que a cidadania é o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais que estão previstos na Constituição. Sendo assim, exercer a cidadania é ter consciência de seus direitos e obrigações e lutar para que sejam colocados em prática. Sendo assim, para exercer a cidadania, os membros de uma sociedade devem usufruir dos direitos humanos, direitos fundamentais tanto a nível individual, coletivo ou institucional. Assim também poderão cumprir os seus deveres para o bem da sociedade.

Como podemos perceber, a reflexão sobre direitos humanos e cidadania está intimamente ligada à atividade humana enquanto práxis dos sujeitos no contexto em que vivemos. Por isso, chamamos atenção para o fato de que a consciência humana – cidadã, não está desvinculada do contexto da vida, isto é, do cotidiano, dos modos como de fato se objetivam os direitos humanos e a cidadania planetária.

Reconhecer os direitos humanos e as suas relações com a cidadania, requer consciência crítica sobre o contexto em que vivemos, que é marcado por forças hegemônicas que mascaram as relações de poder que permeiam as práticas sociais e culturais cotidianas, que invisibilizam e travam a possibilidade de emancipação humana. Daí a importância de compreendermos o sentido de direitos humanos e suas relações com o de cidadania planetária, uma vez que o seu exercício exige superar as aparências e dialogar com as práticas sociais e culturais cotidianas no sentido de compreendê-la e, assim transformá-la.

O ser humano capta a realidade, tornando-a objeto de seus conhecimentos. Passa a refletir sobre a realidade e a compreender seus desafios para tentar superá-los. Não se limita a adaptar-se à realidade, mas a transforma, e neste processo, transforma-se a si próprio. É um ser que planeja, revisa e verifica suas ações, imaginando seus efeitos no futuro (consequências). É também um ser que transforma sua mente e o ser “eu” nas relações sociais. O diálogo “eu” e “você” é essencial à sua formação. O humano é principalmente um ser de relações e em parte constituído por elas (BONIN, 2008, p. 96).

Isso significa que vivemos em uma época em que as relações de poder que permeiam as interlocuções no âmbito ideológico, político, social e cultural, se desenvolvem de forma massificadora e manipuladora. É no processo de tomada de consciência da importância da cidadania planetária, que podemos romper com adaptação do ser humano ao meio em que vivemos, com vistas à transformação desses espaços, em prol de uma efetiva consciência planetária. O não exercício da reflexão crítica pode nos conduzir a não aceitação das

(...) contradições e ambiguidades, levados pelos simples preconceitos, ideias simples e palavreado atraente e fácil da propaganda. Por outro lado, a consciência crítica supõe teste de hipóteses no mundo real, conclusões provisórias e revisões constantes. Procura aprofundar-se além das aparências busca o diálogo e a investigação; aceita responsabilidades (BONIN, 2008, p.98).

Aprofundar os conhecimentos, a realidade vivida para além das aparências, nos remete a revisão dos modos como organizamos o trabalho pedagógico. Sendo assim, é imprescindível que a escola repense as suas práticas sociais e culturais materializadas nas ações pedagógicas e objetivadas nos conhecimentos ensinados.

Cidadania Planetária: Implicações no processo de formação do sujeito

Quando o sentido de cidadania planetária é problematizado no cotidiano das práticas pedagógicas, possibilitamos a compreensão das diferenças que existem entre os seres vivos. Constantemente nos deparamos com pessoas passando fome, frio, desempregados, etc. “De acordo com a realidade vivida, percebemos que estamos em uma sociedade preconceituosa (...), de forma que falar em formação de sujeitos humanos requer conhecimento e respeito ao direito do outro”²⁶, lembrando que os nossos princípios são produzidos e apropriados no cotidiano das práticas sociais e culturais. Dessa forma salientamos que

Cidadania planetária consiste em um novo olhar do sujeito para si mesmo e para o mundo, enquanto sujeito interativo, considerando a inclusão de todas as relações humanas e gênero humano consiste

na essência do ser humano, [em toda a sua complexidade], considerando a sua diversidade de pensamento e de expressão que vai além do contexto cultural permeando fatores sociais, emocionais, éticos e ambientais. Sendo assim, a relação que se pode estabelecer entre ambos os conceitos é a de que o ser humano deve ser interativo com o meio que o cerca [espaço tempo em que vivemos], considerando os reais princípios da diversidade e dos eixos que a norteiam e fundamentam, como as relações étnico-raciais, gênero e diversidade sexual, sustentabilidade, inclusão e cultura. (I Encontro Regional- Aracê, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)²⁷

Quando nos formamos com consciência planetária, nos elevamos à categoria de sujeitos mais humanizados. Repensamos as práticas consumista e individualista, pois compreendemos a importância de novas atitudes e novos posicionamentos com o planeta Terra, isto é, com a Vida.

Só há cidadania planetária se houver seres humanos em sua plenitude cidadã, já que o ser humano é muito importante no contexto da diversidade cultural e planetária. Tudo que se discute sobre preservação e uso sustentável está relacionado com a atitude do homem. Portanto, tudo que afeta o planeta por consequência volta afetando a espécie humana, e obviamente a das demais espécies. Infelizmente o ser humano tem proporcionado um grande avanço tecnológico que a princípio se dizia que seria a solução para a maioria dos problemas da humanidade inclusive da fome. Mas, o que se tem visto e ouvido hoje é que esse avanço indiscriminado tem se transformado em certo pesadelo, pois tem contribuído para a destruição dos recursos da natureza. (I Encontro Regional- Sede 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)²⁸

Como podemos observar existe um consenso em nossos dizeres de que uma educação pautada nos princípios da cidadania planetária tem implicações na formação dos sujeitos. Formação que emancipa, e, por isso transforma.

Educação sócio ambiental e sustentabilidade: uma questão de direitos humanos

Educação sócio ambiental e sustentabilidade significa uma educação comprometida com a Vida.

São práticas ambientais que garantem o equilíbrio com o outro e com o meio ambiente, de modo que se tenha a consciência de que se explorar muito pode faltar. Seria o consumir sem excesso. Formar um sujeito crítico e reflexivo mediante as situações ambientais orientando a trabalhar e desenvolver o crescimento econômico e social sem agredir o meio ambiente. (I Encontro na Escola – EMEF Aracê, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)²⁹

Que relação existe entre educação sócio ambiental e sustentabilidade com as questões da diversidade? E em relação às mesmas com os princípios de direitos humanos e inclusão?

Tais indagações nos remetem a perceber que a educação sócio ambiental precisa abandonar as práticas educativas que consideram o planeta Terra como um mero meio ambiente. É necessário priorizar todas as suas complexidades e contradições.

Pensar sobre a educação sócio ambiental significa romper com projetos de estudos pontuais, e inseri-la no cotidiano das práticas pedagógicas, isto é, organizar um Plano de Estudos interdisciplinar, que garanta discussões e reflexões sobre a referida temática ao longo do ano, pois precisamos de:

Reeducação da população para melhor usufruir dos recursos naturais, sem trazer consequências negativas para a mesma. (I Encontro Regional – Aracê, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)³⁰

Incluir no nosso currículo o uso da agricultura sustentável, onde o(a) nosso(a) estudante busque conhecimentos científicos que facilitem seu manuseio sem prejudicar o meio ambiente. (I Encontro Regional – Melgaço, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)³¹

Uma escola que contemple a realidade ambiental, se preocupando com o desenvolvimento humano sem que este prejudique o meio ambiente, isto é, o meio em que estamos inseridos. Trabalhar de forma que o(a) estudante participe do processo de ensino aprendizagem de forma interativa para que haja mudanças efetivas. (I Encontro Regional – Sede, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)³²

Adequar os conhecimentos de forma que os(as) estudantes compreendam e se apropriem dos mesmos, entendendo que são indivíduos capazes e que podem atuar na sociedade. (I Encontro Regional – Sede, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)³³

Sensibilizar o(a) estudante a ter uma consciência empreendedora, preservando o meio ambiente, os recursos disponíveis na sua localidade, tendo um olhar responsável sobre o meio em que vive. (I Encontro Regional – Aracê, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)³⁴

Educar para uma vida sustentável implica em reorientar os programas educacionais no sentido de promover conhecimentos que a tratem de forma interdisciplinar, ou seja, todas as áreas de conhecimento devem abranger questões relativas ao modo como interagimos no e com o espaço tempo em que vivemos. Precisamos inserir no processo de ensino aprendizagem reflexões acerca da necessidade de uma consciência planetária, que prima pelo “equilíbrio entre economia viável, sociedade igualitária e respeito à capacidade dos recursos naturais, para que nos sustentemos sem comprometer as gerações vindouras”. (I Encontro Regional – Aracê, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)³⁵

Desse modo a educação sócio ambiental e sustentabilidade entra em cenário como forma de: “Manter o equilíbrio entre o meio ambiente e o indivíduo visando à continuidade da vida, com qualidade para as futuras gerações”. (I Encontro na Escola – EMEF Fazenda Osvaldo Retz, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)³⁶ Outro ponto se refere à sustentabilidade na dimensão cultural, social e política em que os sujeitos tenham vez e voz em suas lutas decorrentes dos nossos direitos humanos.

Assim, para mediar os conhecimentos são necessários que se tenha a base adequada sobre a formação de valores, visando à utilização dos recursos sustentáveis do meio ambiente sem destruí-lo e atendendo e reconhecendo as diversidades como plurais. (Encontro Regional – Aracê, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)³⁷

Isso porque,

Somos todos(as) seres de direitos e deveres. Devemos respeitar todos os cidadãos e cidadãs independentes de credo, cor, raça, gênero e habilidades intelectuais. (I Encontro Regional – Paraju, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)³⁸

Para tanto faz-se necessário

(...) Desenvolver o processo de ensino aprendizagem contemplando a diversidade que se faz presente no tempo espaço escolar. (...) Contemplar ações dentro da escola voltadas para atender a diversidade numa perspectiva democrática, lutando assim, contra os processos de colonização e dominação dos saberes. (I Encontro Regional – Sede, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)³⁹

Pensar em educação sócio ambiental e sustentabilidade e relacioná-la a educação escolar significa considerar a urgência de se inserir em sua matriz de conhecimentos temas que garantam discussões teóricas e práticas, objetivando a manutenção da Vida. Essa é uma questão de direitos humanos.

Educação Especial e Inclusão

Quem são os excluídos das nossas comunidades e como estamos interagindo com eles? E em nossas salas de aula? Que modos de exclusão estão acontecendo para que possamos agir de forma reflexiva e emancipatória?

Considerando que ninguém melhor que os próprios oprimidos e injustiçados para trazerem a expressão das opressões de que são vítimas, a educação inclusiva tem por condição essencial reconhecer suas vozes, seus dizeres, desejos e acima de tudo, dialogar com as suas indagações e inquietações, para resistir e enfrentar toda relação de opressão e segregação historicamente instituída.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases 9.394 de 1996 (2014) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 (2008a), a educação especial é uma modalidade de ensino aprendizagem – que vem complementar e/ou suplementar o ensino regular – que perpassa todos os níveis e modalidades da educação básica ao ensino superior que estabelece princípios, diretrizes e política.

À medida que a proposta da educação especial venha complementar e/ou suplementar a algo que não é ela mesma, não pode ser reduzida a recursos e serviços descontextualizados em projetos pontuais que

não ganham a proposta político pedagógica da escola. Portanto, a educação especial é uma modalidade de ensino que se perspectiva de maneira inclusiva, e define por público alvo

[...] a pessoa com deficiência [que é] aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. [Bem como] Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento [definido como] aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. [E] Alunos com altas habilidades/superdotação [que] demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (BRASIL. 2008a, p.21).

Como podemos observar a educação especial acima delineada, com o objetivo de atender às necessidades educativas do público alvo da educação especial, deve ser organizada com recursos e serviços educacionais que venham garantir o ensino aprendizagem e valorizar as diferenças.

É a partir do projeto político pedagógico da escola que se pensa o projeto didático pedagógico a ser implementado na sala regular e demais espaços tempos escolares. Isso significa que precisamos pensar a escola inclusiva, como um espaço onde todos os(as) estudantes são acolhidos(as) em suas necessidades físicas, intelectuais, sociais e culturais garantindo a aprendizagem e o desenvolvimento das suas funções psicológicas superiores, o que implica numa gestão educacional compartilhada.

É importante ressaltar que o contexto escolar constitui espaços de inclusão, de forma que a sua organização deve atender as necessidades de todos(as) os(as) estudantes, bem como a inclusão de todos(as) os(as) profissionais enquanto corresponsáveis pela educação.

O trabalho do(a) professor(a) do ensino comum na perspectiva da inclusão, pressupõe o acolhimento dos(as) estudantes da educação especial considerando a zona de desenvolvimento proximal; e também a interlocução com o(a) professor(a) da educação especial nos momentos de planejamento, implementação e avaliação do trabalho, além da garantia de formação continuada na perspectiva da inclusão qualificando o projeto didático pedagógico em sua dimensão metodológica e avaliativa.

Destacamos o papel do(a) pedagogo(a) como articulador(a) na gestão pedagógica, bem como na política de formação, pois é fundamental a organização do trabalho em corresponsabilidade com todos(as) os(as) profissionais que atendem os(as) estudantes.

A política de formação continuada em educação especial deve ser organizada de modo que todos(as) os(as) profissionais que atuam na educação participem, aprofundando questões sobre a organização do trabalho pedagógico, promovendo reflexões sobre a elaboração do trabalho (planejamento, avaliações, etc.) num diálogo constante entre os(as) profissionais envolvidos(as).

Nesse sentido, a educação especial pressupõe uma educação inclusiva, e conseqüentemente uma escola inclusiva. É necessário fazer uma significativa transformação da escola que exigirá outro olhar em relação à diversidade, pois não basta garantir o acesso ao ensino comum, é de extrema importância a garantia da qualidade do que se ensina e se aprende nos diferentes e diversos tempos escolares.

Relações étnico-raciais e inclusão

Devemos nos pautar em assumir uma educação antirracista e inclusiva, no sentido do respeito e acolhimento do outro. Esse compromisso passa pela responsabilidade que cada docente e discente deve assumir contra atitudes discriminatórias dentro do espaço escolar. Sendo assim, o currículo deverá se voltar para as questões atuais que não podem passar despercebidas. (I Encontro Regional – Sede, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)⁴⁰

Somos iguais porque somos da espécie humana e ao mesmo tempo somos diferentes porque fazemos parte de diversas etnias, culturas, histórias. Para que possamos garantir a igualdade precisamos reconhecer os direitos que ao longo da história foram negados a muitos homens e mulheres.

O preconceito, a discriminação e o racismo impregnados em nossa sociedade levam a uma desvalorização do ser humano, exigindo da comunidade escolar um olhar mais atento sobre os modos como eles têm permeado as nossas práticas sociais e culturais cotidianas, e suas implicações nas práticas pedagógicas, no sentido de descortinar a nossa história e nela nos inserirmos com consciência crítica.

Discutir relações étnico-raciais é um processo de luta pela superação do racismo na sociedade, sendo algo complexo para ser reduzido em nosso cotidiano, devido ao preconceito que cada um possui ou traz consigo. (I Encontro Regional – Aracê, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)⁴¹

Por mais que pareça óbvio, a referida temática tem sido desafiadora ao ser colocada em prática, no contexto escolar, pois diversas indagações permeiam os enunciados coletivos dos profissionais que atuam nas escolas. Ao pensarmos nos desafios e nas possibilidades vividas no cotidiano escolar, dentre as diferentes vozes destacam-se: “a dificuldade está na insegurança e falta de preparo em abordar esse assunto”. Por isso, devemos trabalhar dando ênfase na diversidade étnico-racial, tendo em vista as peculiaridades do nosso município, constituído por descendentes de índios, negros, alemães, pomeranos, italianos, portugueses, etc.

É consenso entre a comunidade, a necessidade de inserir no currículo escolar questões relativas às relações étnico-raciais, devido às ideias racistas e preconceituosas que ainda permeiam os modos de conceber e ver o(a) outro(a). A própria resistência em considerá-los, revelam atitudes e olhares que discriminam. A dificuldade em lidar com tais questões nas práticas pedagógicas evidencia a urgente necessidade de as questões referentes aos afrodescendentes e aos indígenas serem inseridas no currículo escolar, e não apenas serem trabalhados como temas e projetos pontuais.

Ao dialogarmos com o Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, podemos destacar que:

São princípios norteadores da educação em direitos humanos na educação básica:

[...] d) a educação em direitos humanos deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, a equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação [...]. (BRASIL, 2008a, p. 23-24).

Sendo assim, destacamos alguns aspectos que consideramos importantes: o respeito às diferenças étnico-raciais; a organização da Educação Básica com foco na diversidade cultural e o estabelecimento de equidade étnico-racial.

Por isso, destacamos a urgente necessidade de inserção dos conhecimentos relacionados à história e cultura afro-brasileira e indígena, conforme destaca e orienta a Lei 11.645 de 2008. A promulgação desta lei alterou a de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, visando incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Como podemos ver, a lei enfatiza o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional.

As relações étnico-raciais são um dos princípios básicos da educação e, como tal, precisamos considerar que os referidos conhecimentos devem perpassar os projetos de estudos ao longo do ano letivo, uma vez que o processo de ensino e aprendizagem sofre, inegavelmente, efeitos das relações de poder entre os sujeitos e também entre as linguagens/disciplinas.

Enquanto princípio, acreditamos na possibilidade de implementação de um currículo mais humanizado, que reconheça os saberes e as vozes que contemplam as nossas heranças sócio-históricas e culturais, e, assim, sanar uma dívida social e uma lacuna que vem se perpetuando na história pela ausência da diversidade cultural e étnica em nosso currículo escolar.

O currículo instituído pela escola tem hierarquizado determinados saberes e definido o que deve e o que não deve ser ensinando, deixando de fora, muitas vezes, os conhecimentos sobre a nossa história. Com a promulgação da Lei 11.645/08 e mais especificamente a partir dos estudos que promoveram a produção desse documento, propomos uma educação que reconheça e valorize a diversidade cultural, tornando a educação comprometida com as origens do povo brasileiro, tendo em vista a nossa meta em oportunizar aos(as) estudantes projetos de estudos que problematizem a História de nosso país, ampliando-a no sentido de reconhecer e valorizar a nossa riqueza cultural e o nosso comprometimento com o(a) outro(a).

Isso significa romper com a negação do preconceito e com o silenciamento do racismo que permeiam o cotidiano das nossas práticas sociais e culturais e explicitá-los por meio do debate crítico e emancipador.

Relações de gênero, sexualidade, orientação sexual e inclusão

Conforme já destacamos anteriormente, pensar numa educação inclusiva exige transformar os nossos posicionamentos em prol de atitudes mais humanizadoras. No entanto, a maioria dos profissionais da

educação ainda não está preparada para trabalhar as questões relativas às relações de gênero, sexualidade e orientação sexual, pois

Até então estes temas não faziam parte da rotina de discussão e assuntos relevantes a serem trabalhados. Atualmente através da mídia estamos percebendo que este assunto precisa ser discutido, sendo a escola um espaço de formação de cidadãos que saibam viver a diversidade. (I Encontro Regional, Melgaço, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)⁴²

Diferentes vozes se entrecruzaram no decorrer das diversas discussões evidenciando diferentes posicionamentos e opiniões tais quais:

A sexualidade precisa ser tratada visando respeito e garantia dos direitos humanos, promovendo a igualdade e a discussão dos preconceitos incrustados em nossa cultura. (I Encontro Regional, Aracê, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)⁴³

Fazer com que a comunidade escolar perceba que a diversidade sexual existe e que ela deve ser respeitada. (I Encontro Regional, Melgaço, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)⁴⁴

O currículo deverá destacar a importância de compreender e respeitar as relações de gênero e sexualidade. Trabalhar o sujeito como um indivíduo dotado de valores, saberes e práticas que devem ser respeitados. (I Encontro Regional, Sede, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)⁴⁵

Mais do que posicionamentos, emergem diversas indagações, dentre as quais:

De que forma o currículo pode abranger as relações de gênero, sexualidade e orientação sexual sem que haja conflitos sobre os mesmos? Qual a postura do educador diante de eventuais situações preconceituosas relacionadas à orientação sexual em sala de aula? (I Encontro Regional, Paraju, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)⁴⁶

Discutir as referidas questões em sala de não é tarefa fácil, pois ficamos sem saber ao certo ao que se pode falar, por causa da reação das famílias. Como mostrar à comunidade que só queremos trabalhar o conceito em relação à diversidade? (I Encontro Regional, Melgaço, 2015 – Ver referência completa ao fim do Documento)⁴⁷

Essas indagações nos instigam a destacar as relações de gênero, sexualidade e orientação sexual, como um dos princípios básicos a ser considerado no decorrer da implementação dos projetos de estudos. Por isso, chamamos a atenção para os modos como nos constituímos enquanto sujeitos humanos, e a perpetuação das relações de gênero no que se refere aos modos como constituem-se: homem-mulher, heterossexual-homossexual, branco-negro, pobre-rico, entre outros. Relações que subjagam o(a) outro(a), que desqualifica os dizeres e os saberes do(a) outro(a) e, por isso, continua produzindo pessoas machistas, homofóbicos(as) e sexistas a ponto de comprometer as relações interpessoais.

Quando pensamos numa educação que considera como um dos seus princípios fundamentais as relações de gênero, sexualidade e orientação sexual temos como propósito chamar atenção para o sentido de diversidade humana e de produção de identidades.

Por diversidade humana, reafirmamos a importância de compreendermos o sentido das diferenças entre as pessoas e como elas influenciam na formação das identidades, que por sua vez são produzidas nas interlocuções entre os sujeitos. Interlocuções que vem sendo marcadas por dizeres machistas, homofóbicos e sexistas, que renegam e invisibilizam os que se apresentam diferentes.

Essas interlocuções têm permeado o cotidiano das nossas práticas sociais e culturais e revelado, ao longo da nossa história, o modo como nos relacionamos com as pessoas e com os grupos sociais. Vamos produzindo os elementos estruturais de uma dada sociedade, como economia, administração, práticas e representações sociais que constituem as manifestações da cultura de um grupo social, seu modo de ser e de estar no espaço tempo em que vivemos. O mundo dos homens, dos adultos, dos heterossexuais em detrimento do mundo das mulheres, das crianças e dos(as) homossexuais. Nesse contexto, temos modos de ver o diferente como ameaça à normalização, e com isso, se produzem ideias, crenças e valores em prol da manutenção das referidas relações de poder.

A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa (SILVA, 2007, p.83).

É nesse processo de normalização que acontece a produção, a apropriação e a objetivação do olhar que temos sobre as relações de gênero, sexualidade e orientação sexual, que resulta na formação de uma determinada cultura corporal, produzida nas e pelas práticas sociais e culturais. O corpo enquanto materialidade nos personifica no mundo e nos dá forma material, mas o seu sentido se produz no lócus das relações sociais e culturais, sobre o qual são conferidas diferentes marcas em diversos contextos: conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc.

Ao naturalizarmos as diferentes marcas que produzem as mulheres-meninas, por exemplo, nós as invisibilizamos e, assim, não nos comprometemos com as mesmas, não percebemos que nessas marcas formam-se pessoas, com sonhos, desejos, opiniões e múltiplas ideias.

Temos presenciado o sentido de ser mulher-menina banalizado na mídia, sentido subjogado às marcas da cotidianidade que formam consciências alienadas, quando evidenciam a erotização infantil nos modos de vestir as crianças, bem como nos dizeres subjacentes nas propagandas que circulam nos programas infantis. Dizeres que dilaceram as consciências e que aprisionam as nossas subjetividades.

A forma como entendemos os aspectos masculinos e os femininos, tem como ponto de partida os conceitos que nos apropriamos. São esses papéis sexuais, imbuídos pelos conceitos de masculinidade e feminilidade que produzem as identidades de gênero, evidenciando que o gênero é uma produção social, histórica e cultural. Esses conceitos produzidos no contexto das práticas sociais e culturais generificam os corpos. Daí a importância de reconhecermos o papel que as diferentes esferas educativas – familiar, religiosa, política, sociais, culturais, escolar, etc – vêm desempenhando na produção do respeito às identidades de gênero: masculino-feminino e, conseqüentemente, nas de orientação sexual: heterossexual-homossexual, devido as suas implicações no modo como concebemos a diferença e a igualdade de gênero.

Ao compreendermos a lógica da produção das identidades de gênero, promovemos na esfera educativa escolar, significativas discussões e debates para a desconstrução dos paradigmas hegemônicos, que rompem com as relações de poder que ainda perpassam as interações humanas.

Ao considerarmos, que o currículo é um campo permeado de ideologia, cultura e relações de poder e que ideologia “é a veiculação de ideias que transmitem uma visão do mundo social vinculada aos interesses dos grupos situados em uma posição de vantagem na organização social” (MOREIRA e SILVA, 1997, p. 23), precisamos ficar atentos(as) aos modos como a ideologia de gênero vem permeando os recursos didáticos pedagógicos, mais especificamente os livros didáticos, tendo em vista que a linguagem produz e constitui o mundo social. Por isso, os aspectos ideológicos devem ser considerados na organização do trabalho pedagógico.

Precisamos problematizar tais questões no cotidiano das práticas pedagógicas, ao escolhermos os textos, as atividades, os filmes, enfim, ao selecionarmos o que dizer para os(as) estudantes, é necessário estar atentos(as) ao porque dizer e ao como dizer. Isso porque, o currículo não se apresenta de forma neutra. Subjacentes aos seus dizeres, às suas intenções e proposições, estão as marcas das relações de poder que se confrontam nas relações binárias, resultando em manutenção dos interesses e das forças que atuam na e sobre a esfera escolar.

O desafio de uma educação efetivamente inclusiva é a promoção da diversidade, que leve em consideração as diferenças que permeiam o nosso cotidiano. Acreditamos que por meio de um currículo emancipatório podemos nos revelar e nos rebelar contra as práticas de exclusão, de submissão e de exploração que comumente e cotidianamente vem acontecendo. Esse é o nosso compromisso.